

PARA A CRÍTICA DA VISÃO IDEALISTA DA RELAÇÃO MERCADO E ESTADO

Glaucia Angélica Campregher
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo

A crítica ao neoliberalismo carece de uma auto-reflexão crítica daqueles que defendem a forte participação do Estado na economia. Tal reflexão não pode se realizar no vazio, abstratamente, nem deve tomar como referência apenas as experiências de regulação estatal progressas (postas hoje sob contestação), mas aquelas experiências mais recentes de imbricação Estado/Mercado que vem caracterizando as economias orientais e que se apresentam como um novo padrão de regulação social-mercantil. Revisitaremos três dos maiores inspiradores da crítica tradicional do Mercado (a qual reputamos ainda essencialmente idealista) - Weber, Polanyi e Habermas -, e nos apoiaremos em Offe, Therét e Poulantzas, para desenvolvermos uma compreensão mais materialista do Estado onde este é fruto da mesma relação social que funda a propriedade privada capitalista - a alienação do trabalho e a monopolização dos recursos produtivos (no caso do Estado os recursos do poder). Assim, veremos que tanto o Mercado como o Estado comportam uma organização social cuja base é ao mesmo tempo a (des)organização da atividade produtiva de fora desses espaços, e aquela que se dá, mediante um trabalho, aí dentro. A desmistificação do Estado é, para nós, condição da destimistificação do mercado.

Palavras-chave – estado, mercado, neoliberalismo, neointervencionismo.

Abstract

We are defending here that the intervencionist critical of neoliberalism needs a re-exame about the old and the new relations between State and Market. New forms of regulation and other kinds of imbrication State/Market have been born everywhere in the world. But the teory can not analyse these new situations because the idealism present on the roots of the intervencionist thought. In this paper, we will argue that is necessary to development a materialist view of state (in the line of Poulantzas, Therét and Clauss Offe). In this point of view, the privite property and the work alienation are in the bases of the state, in his function of institucion and organization as well. For us, desmistyfing the state is condiction for desmystifyind the market.

Key-words – state, market, neoliberalism, neointervencionism.

I) A crítica

Para grande parte dos cientistas sociais de nossa época, particularmente para aqueles que, críticos do “sistema”, não chegam a pretender sua radical transformação, a tarefa impositiva de denunciar o caráter utópico da **autoregulação dos Mercados** rebate, via de regra, na defesa de uma “**supra regulação**” do Estado. Desse modo a compreensão da relação dialética entre ambos não é percebida na sua totalidade - o Estado aparecendo como a “consciência” do Mercado (tanto no sentido de “superego” crítico, quanto de pólo articulador do “projeto mercantil”), mas não o oposto.

Tais concepções tiveram seu apogeu teórico-acadêmico e prático-político a partir da primeira grande crise efetivamente mundial do capital (final dos anos 20 e década de 30), uma vez que, então, só o liberalismo poderia ser responsabilizado pelo descalabro econômico e social. A atuação dos Estados nacionais, o surgimento das instâncias internacionais de regulação, e mesmo o aparente sucesso do planejamento socialista no pós-guerra, a regulação arranjada (que parecia ter vindo para ficar e que é hoje vista como uma especificidade do fordismo), produziu a ilusão, bem caracterizada pela social-democracia, de um domínio da “sociedade” sobre a “economia de mercado” (nos termos de Polanyi¹).

De lá para cá, dois são os movimentos concretos e reais (no sentido de que aconteceram do lado de fora da academia e demais espaços da produção teórico-ideológica) que colocaram em cheque a “utopia intervencionista”: 1) o que chamamos de segunda grande crise mundial do capital² (distinta da anterior, pois mais amena ainda que persistente nos pólos capitalistas tradicionais e em sua periferia imediata); e 2) a consolidação de um conjunto de economias capitalistas que emergem como exceções em meio à crise, e que se estruturam sobre uma relação economia/sociedade que não se presta aos esquemas analíticos ainda vigentes.

Aparentemente (pelo menos num primeiro momento), a presente crise apresenta uma inversão de papéis, trazendo consigo a crítica do Estado e o ressurgimento do liberalismo. Tal processo não se dá, contudo, nos mesmos moldes de outrora. Transcendendo à mera disputa ideológica, e em direção a algo como uma “perspectiva simbólica”, como diria Théret, o neoliberalismo quer operar “tal como uma gramática que organiza a sociedade em seu conjunto”³, possibilitando e referendando a “re-regulação” do Estado. É dessa sua “virtude” que se deve extrair a compreensão da recorrência com que alguns dos antigos críticos do liberalismo anti-estatista se transformam nos implementadores mais eficientes de seu programa. Mais do que isto: via de regra, são estes antigos críticos que preenchem a retórica genérica (quando não

¹- POLANYI, K. *La gran transformación - los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

²- Trata-se da crise do *remédio* da crise passada, ou primeira: da crise das formas de regulação (que transcendem inclusive as formas capitalistas desta) do Estado, ou como dizem muitos uma crise do Estado providência (em suas diferentes formas), ou “pior” do Estado *nação*.

³- THERET, B. "O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política: de uma clivagem esquerda/direita a uma fratura entre o financeiro e o social (o caso francês)" *Revista brasileira de ciências sociais*, nº24, ano 9, fevereiro de 1994. p. 55.

francamente anti-social, onde a defesa "da *liberdade* [vai] até o limite do seu abuso, a *desigualdade* até o limite do tolerável, a *flexibilidade* até os limites da insegurança" ⁴⁾ do neoliberalismo, com os programas de medidas concretas que este parece ser incapaz de produzir. O que, de qualquer forma, impõe a constatação de que, seja pelo seu lado "pobre" (de propostas), seja pelo lado "rico" (de se reproduzir como perspectiva hegemônica), não é mais possível pretender fazer a crítica do discurso neoliberal que se descole de uma auto-reflexão crítica da posição dos "defensores do Estado".

Esta auto-reflexão crítica, contudo, não pode se realizar no vazio, abstratamente, nem deve tomar como referência apenas as experiências de regulação estatal pregressas (postas hoje sob contestação), mas deve ter como pano de fundo as próprias experiências (ainda não suficientemente teorizadas⁵⁾ da imbricação Estado/Mercado presentes (de modos diferenciados) nas economias orientais, em particular China, Japão e NICs asiáticos, e já significativamente nomeadas de "autonomia inserida da esfera pública na privada". Na realidade, segundo nos parece, é a emergência (e aparente consolidação) deste novo padrão de regulação social-mercantil que pode nos instrumentalizar para um enfrentamento muito diferente daquele lançado pelos estruturalistas de ontem⁶⁾ aos apologistas do Mercado de hoje. Ao invés de re-esquentar os velhos métodos e discursos, à espera de uma reviravolta da "conjuntura" (tão desejada quanto temida, pois que, muito provavelmente, viria na forma de uma crise brutal, puxada pelo caos financeiro) como a única forma de retomar a iniciativa política, os intervencionistas de hoje têm de se recusar a ser meros contrário-idênticos (como diria Hegel) dos defensores do Mercado, incapazes de ir além da crítica abstrata e repetitiva do seu outro.

Não se pode subestimar, contudo, a dificuldade em se dar este importante passo adiante. Se a atualidade (e a virulência) do neo-liberalismo nos empurram nesta direção, o peso das velhas formas de pensar (que tanto afligia Keynes) limitam nossa mobilidade. Só que hoje (e diferentemente de Keynes) a "tradição" não é o velho positivismo, mas justamente aquela sua "primeira negação", que não podia deixar de incorporar, como contrário-idêntico alguns de seus vícios dogmáticos. Para ir no ponto: acreditamos que, para dar o "passo à frente" que a realidade solicita, teríamos que ir na direção contrária a que apontam três dos maiores inspiradores da crítica tradicional do Mercado: Weber, Polanyi e Habermas. Senão vejamos.

⁴⁾ - A este respeito, vide THERET, idem, p. 56.

⁵⁾ - Além dos trabalhos mais específicos sobre cada caso, ou sobre esse ou aquele aspecto, dessa nova relação Estado/Mercado, os trabalhos dos regulacionistas franceses em torno das formas (não consensualmente) pós-fordistas de organização do capitalismo, bem como os conceitos recentes de pós-regulação (ver por exemplo o interessante artigo de AVRITZER, Leonardo. "Além da dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato". *Novos estudos CEBRAP*, n. 36, julho 1993.), aproximam-se de uma abordagem ao mesmo tempo teórica e empírica, estrutural e funcional que pretendemos seguir. Consideramos entretanto como carentes de "novidade teórica" todos aqueles raciocínios que insistem em partir de premissas apriorísticas contra as determinações da estrutura como as que veremos a seguir.

⁶⁾ - Tal classificação se justifica, primeiramente, porque assim abarcamos: aqueles exclusivamente weberianos; os que passaram por Marx pela porta althusseriana; além dos que pretendendo juntar um e outro (Marx e Weber) almejam uma resolução dos conflitos por meio da intervenção de uma razão subjetiva (subjetivamente cindida, e subjetivamente reunificada pela palavra). Em segundo lugar porque atingimos também, os pesquisadores e formuladores de políticas que, mesmo iniquadráveis em nenhum dos grupos acima, operam ou almejam operar desde dentro do Estado a fim de interferir na dinâmica sócio-econômica.

A tarefa do compreensivismo crítico de Weber, da recapitulação histórica de Polanyi, da ação comunicativa de Habermas, foi sempre a tarefa de “descobrir” (termo de Polanyi) a *sociedade*⁷. Aparentemente uma vigorosa crítica ao liberalismo naturista, por vezes ela encara o papel de seu contrário-idêntico. Isso por que o ponto de partida para sua tarefa de descaracterização do Mercado como “instância geradora de equilíbrio econômico, justiça social e progresso humano em geral” consistia na denúncia de que o Mercado não era a *princípio* uma instância social, ou seja, sua institucionalidade e socialidade vinham “de fora”. Essa posição equivale a participar da mesma desistoricização do Mercado que pretendem os liberais, mudando apenas o julgamento de que tipo de ação é social (institucionalizável, em Polanyi) e que tipo é natural⁸. Para estes antes do Mercado não havia civilização, para aqueles (guardando diferenças as mais variadas), a partir do Mercado é que não há mais. A crítica do Mercado como instância reguladora leva, dessa forma, a aceitação acrítica da sociedade dividida em instâncias.

Não vamos nos aprofundar aqui na fundamentação, distinta em Polanyi, Weber e Habermas, dessa divisão das esferas; o fato é que essa divisão é real e é fator distintivo, como reconhecem todos esses autores, da sociedade dominada pelo capital. Mas o reconhecimento dessa realidade não é o mesmo que a sua compreensão histórica. O reconhecimento dessa realidade fetichizada, onde a *coisa* carrega o *social*, é apenas metade da tarefa, e estancarmos aí pode nos fazer vítimas desse “conhecimento”. Trabalhar com realidades cindidas, racionalidades autonomizadas, é nos deixar levar pela independência que a *coisa* diz ter dos homens, e por mais que seja este o caso, o caso não diz sozinho toda a história. O entendimento de que o capital provoca uma cisão nos esquemas de reprodução da vida em sociedade não significa que devemos trabalhar com essas “esferas divididas”, isso equivaleria a nos tornarmos vítimas de seu fetichismo, ou a nos resignarmos à crítica de seu fantasma.⁹

O que pretendemos salientar é que essa tarefa de crítica não-dialética do Mercado, tinha como pré-requisitos (além da predisposição *reformista*, já mencionada): - partir de um prévio

⁷- Na fé do primeiro na constituição de uma elite política e burocrática capaz de identificar, processar e encaminhar a “vontade coletiva”; na idealização das formas primitivas das trocas, bem como na recuperação de Jesus e de Owen como referências da “utopia possível”, no caso do segundo; e na crença em uma capacidade de comunicação que remete à precedência do mundo da vida sobre os “subsistemas que se separaram de suas ordens institucionais” (HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. , Barcelona: Cátedra, s/d). Resta salientar ainda que para descobrir (sic!) a sociedade era preciso reduzir (mascarando) o significado da “vida material dos homens” em Marx a uma (já ela mesma esvaziada) “esfera econômica”. Mais um passo, e se reconhecia que, apesar de um ou outro bom *insight*, Marx era vítima de um reducionismo simplista e nunca foi capaz de entender o papel dinâmico e impulsor da “superestrutura”. Da mesma forma como os liberais recorrentemente têm “inventado a conspiração antiliberal” (POLANYI, K. Op. cit. pg. 150), os idealistas não se cansam de inventar e reinventar a polêmica “marxista” do papel da superestrutura.

⁸-Vide POLANYI, K. *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Labor universitaria, 1976. Particularmente p.339 e segs.

⁹- A título de exemplo, nos permitimos um desvio disciplinar da economia política à psicanálise, por acreditarmos serem estas as duas mais profundas investigações acerca do fetiche e do que se encontra por detrás dele. Queremos dizer que é vítima do fetiche aquele cujo primeiro momento de compreensão leva a um estado de estarecimento, que implica, frequentemente, em idealização do problema e incapacidade de ação. Assim é que na análise do Hamlet, Lakan nos mostra como o conhecimento - até certo ponto privilegiado (por que nem todos o possuem e por que proporcionado por um meio fantástico - a aparição de um fantasma) - do herói, de seus desejos e culpas, não o levam a uma compreensão libertadora mas à prisão. Hamlet é vítima do fantasma de sua culpa, entre aprofundar-se na segunda ele se entrega ao desejo do primeiro (desejo falseado do seu próprio). Atado ao pouco conhecimento que obteve, não consegue agir e mesmo assim é vaidoso do seu saber, o que o torna crítico modaz; mas de qualquer modo longe de reconhecer papel de sujeito de sua própria história.

conhecimento do que venha a ser **o homem**; - partir de um julgamento subjetivo da história passada, em geral *saudosista* de uma pretensa unidade indivíduo-sociedade (da idealização de um comunalismo sem exploração, necessariamente apoiado numa problemática pesquisa antropológica¹⁰); - recusar, ou mesmo ignorar, a concepção materialista da história como alternativa ao evolucionismo mecanicista dos defensores do Mercado; - e, finalmente, se apoiar em reedições variadas do *idealismo* pré-hegeliano para propor os **objetivos** (a emancipação humana) e **o modo** da intervenção do Estado., redundando no estabelecimento de princípios normativos de **como exercer o poder**¹¹.

Não é à toa que estes três grandes pensadores percebem sua própria crítica ao Mercado¹² como prenhe de **resignação**. Mas de uma resignação prepotente que os torna capazes (junto a poucos), de dar sentido a um mundo cujos processos eles assistem desde fora. Habermas e Polanyi assinariam, a nosso ver, a seguinte citação de Weber: “Somos homens de cultura, dotados de capacidade e de vontade de assumir conscientemente uma posição perante o mundo e conferir-lhe um sentido”¹³. O que explica que o raciocínio de nossos autores prefira sempre a “articulação conceitual [subjetiva] entre problemas” à “articulação objetiva entre coisas”¹⁴; além do que identificam a primeira à sociedade (e ao Estado.), e a segunda à economia (e ao Mercado).

Novamente nos defrontamos com a contraposição entre o sujeito e o objeto, o homem x a coisa, o idealismo x o materialismo vulgar (ainda que reeditados em versões muito mais sofisticadas). Mais uma vez a solução está na problematização pragmática (e nesse sentido não filosófica) desses “conflitos”. Mais uma vez há que se recuperar a alternativa materialista-dialética de “aceitação” da inversão operada na própria realidade de uma articulação conceitual e/ou subjetiva entre coisas, e de uma articulação objetiva entre problemas. Toda a construção teórica marxiana remete a isso; e, no que nos diz respeito, é desse modo que se deve abordar o **Mercado** e o **Estado**. Isso não implica em mais uma petição em favor da “boa ortodoxia”, ao contrário, nossa abertura é total frente aqueles trabalhos e autores cuja preocupação seja o preenchimento concreto das articulações acima.

I I) A alternativa

¹⁰- Polanyi chega ao extremo de comparar as trocas primitivas baseadas na reciprocidade dos kula, à redistribuição de víveres no império egípcio, como se ambas ao não objetivarem a ganância pessoal, fossem exemplos da ausência de exploração. Obviamente a impossibilidade social da exploração do trabalho (enquanto “abstração concreta”) como base da acumulação sem limites, não implica na não exploração ao limite da própria condição de subordinação em si, como o demonstram as “sociedades” escravagistas antigas. (POLANYI, K. Op.cit., especificamente o cap. IV).

¹¹- A concepção de um poder exercido desde cima por uma elite que de algum modo fez por merecer tal posição, que é, ao longo da história tida por: esclarecida, ilustrada, iluminada, ou chegando aos nossos dias - aqueles atores sociais capazes de resistir à “colonização do mundo da vida pelo sistema” (HABERMAS, J. Op. cit. p. 241) faz com que nossos autores reconheçam nas sociedades onde esses indivíduos eram (enquanto tais) participantes do poder, mais *sociabilidade* (embora eles falem em sociedade mesmo) que nessa nossa sociedade (de mercado, como diz Polanyi).

¹²- Que aparece como crítica à esfera econômica, ou melhor à própria divisão em si das esferas, como espaço de uma racionalização instrumental perversa, em Weber; como crítica à sociedade de mercado, destruidora dos valores essenciais da vida humana, através da subordinação destes aos anseios econômicos egoísticos, em Polanyi; e como crítica ao sistemas (do poder e do dinheiro) que ameaçam o racionalmente superior mundo da vida, em Habermas.

¹³- Citado por COHN, G. *Crítica e resignação*. p. 98.

¹⁴- Idem, p. 96.

A proposta de uma releitura da relação Estado/Mercado a partir de uma *articulação subjetiva entre coisas e objetiva entre problemas*, não é muito diferente do trabalho de muitos estruturalistas que conciliam modelagem teórica e avaliação empírica, e que chamaremos aqui de “estruturalistas quase dialéticos”¹⁵. A análise que fazem esses autores das ações, decisões e valorações dos *agentes*, não os impede de perceber como esses sofrem (como *pacientes*, no sentido mesmo de passivos) os efeitos do conjunto; que, por sua vez, conforma a estrutura “como condensação das estratégias de ação passada” (Jessop) desses indivíduos. Do mesmo modo ao falarem da estrutura, dos aparelhos, das organizações mais ou menos estáveis, não pecam por ignorar as mais diferentes formas de manifestação dos sujeitos na sua particularidade individual¹⁶.

Vale a pena observar que, segundo Boyer, é justamente esta perspectiva que alimenta o projeto da teoria da regulação em sua vertente mais consequente. Diz ele:

“Na realidade, todo modo de regulação descreve a maneira como a conjunção de formas institucionais cria, direciona e, em alguns casos, dificulta os comportamentos individuais e predetermina os mecanismos de ajustamento nos mercados que, na maioria das vezes, resultam de um conjunto de regras e de princípios de organização sem os quais não poderiam funcionar. *Nesta concepção, não haveria dicotomia entre a economia pura, de um lado, e o espaço social, de outro: mesmo os mercados de concorrência pura e perfeita resultam de uma determinada configuração do espaço social, de uma construção a partir de relações de poder e de regras jurídicas*”¹⁷.

Mas se Boyer aponta corretamente o sentido do trabalho teórico que se impõe àqueles que querem pensar a sociedade de uma perspectiva que efetivamente supere a clivagem “Economia(e)Sociedade”, este trabalho ainda está, em grande parte, para ser feito; não se podendo pretender sequer que ele tenha se imposto de forma efetiva no grosso da produção

¹⁵- Usando um termo recém empregado por PAIVA, C. (em “Kalecki: um anti-keynesiano?”, Revista de Economia Política, no prelo) à propósito de Michal Kalecki, e que cabe igualmente a todo um conjunto de autores que, tratando do nosso tema, se recusam a subordinar as contradições do real a princípios teóricos abstratos. Afinal, as obras de Weber, Polanyi e Habermas (elas mesmas ricas e contraditórias) não alimentam apenas um idealismo radical, inimigo de toda determinação histórico-estrutural (preche de um contingencialismo vulgar, onde as “conexões de sentido” não devem limitar a sagrada e vazia liberdade dos indivíduos), inspiram de modo bastante positivo esse outro grupo de estruturalistas que nos será de grande utilidade como veremos a seguir.

¹⁶- Como resultado, tem-se que a determinação estrutural e os movimentos sociais mais diversos (por exemplo) não são opostos irreconciliáveis, como na formulação pré-dialética da “antinomia” liberdade x necessidade. E isto, desde logo, porque a própria concepção de *necessidade*, ou de *determinação*, não é distinta da de “estruturante”, “constitutivo”, ou “possibilitador”. Enquanto a *liberdade*, por sua vez (que se distingue do livre-arbítrio vazio e socialmente inconsequente), é vista como atrelada ao conhecimento das possibilidades e seus desdobramentos, e não ao incognoscível e ao quase-irracional. Só dessa forma a conduta dos agentes não fica entregue ao psicologismo intuitivo, que se recusa à teorização e chama de “esotéricos” aqueles que insistem em fazê-lo, sem perceber que a sua postura sim que é cheia de “abracadabras”, de “espíritos animais” ou “empresariais” (ao centro e à direita), e de “consciências” operária, racial, ou coisa que o valha (à esquerda).

¹⁷- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990, p. 80 (o grifo é meu). Sintomaticamente, Boyer, na exata seqüência da passagem citada, reafirma que, “entretanto, esta noção não deixa de reconhecer nem a existência de uma certa autonomia das estratégias individuais, nem a heterogeneidade dos comportamentos no interior de um mesmo conjunto de formas institucionais.” Idem, ibidem.

teórica “regulacionista”. Pelo contrário - e contraditoriamente - uma tal perspectiva parece querer emergir com mais força e radicalidade naquela literatura que, ao contrário da regulação, chega à unidade Mercado/Estado não a partir do Mercado (ou da “economia”), mas da análise do Estado (ou da “política”).

Quer nos parecer que, em grande parte, este quadro resulta do fato de que, a despeito da aparência em contrário, o trabalho conceitual de derivação do Estado se encontra mais avançado do que o de derivação do Mercado. E isto na medida em que, se a economia parece ser (e, num certo sentido, de fato é) uma ciência mais consolidada que a política, ela é, pelo seu próprio objeto, um vítima crônica do fetiche, capaz de inibir até mesmo a *posição* da pergunta em torno dos fundamentos genéticos do Mercado. Assim, não apenas em meios neoclássicos, mas - surpreendentemente - mesmo entre marxistas, o Mercado aparece muitas vezes como um “dado” (quase natural); e qualquer tentativa de *derivá-lo* (da alienação do trabalho, das trocas pré-mercantis) é vista como um exercício esotérico e/ou metafísico.¹⁸

Diferentemente, a questão não só da origem, mas da própria “razão de ser” - pretensamente definidora de seus “limites”, “possibilidades” e “transformabilidade” - do Estado é a primeira a se colocar para um liberal; no que é prontamente seguido por idealistas e dialéticos. E isto gera frutos: existem hoje “na praça” um sem número de conceituações/derivações do Estado que buscam embasá-lo, ora no espírito (ou na razão absoluta), ora na sociedade civil (mais ou menos subordinada à dominação de classe), ora na dinâmica da acumulação, ora na fiscalidade, etc. etc. etc. E não será preciso dizer que, longe de ser “um problema”, este volume teórico díspare e contraditório é justamente o que vai permitir a emergência e sustentação daqueles projetos teóricos de “síntese e superação” que, de alguma forma, vão além do dogmatismo e unilateralismo das visões parciais. Em particular, será esta riqueza e disparidade que alimentará a emergência daquele “estruturalismo quase-dialético” (como caracterizamos acima) que é capaz de contribuir para o enfrentamento efetivo da pior (e a mais comum) das “parcialidades”: a que “parte” (contrapondo de forma ingênua) o Estado (que se quer entender) e o Mercado (seu outro-fundamento).

Mas se o exposto acima é verdade, avançar na crítica da clivagem Estado/Mercado passa pelo resgate das contribuições daqueles autores que, modernamente, vêm, de uma forma ou de outra, trabalhando na perspectiva de uma leitura totalizante do Estado. Mais precisamente identificamos três autores como representantes privilegiados desta perspectiva teórica inovadora: Offe, Théret e Poulantzas. Tomamo-os, assim, de agora em diante, como os nossos interlocutores privilegiados.

¹⁸- Isto não significa que não haja produção sobre o tema. Nós mesmo procuramos dar alguma contribuição para esta questão no último capítulo de nosso trabalho de mestrado. (CAMPREGHER, G. *Desdobramentos lógico-históricos de uma ontologia do trabalho em Marx*. Campinas: Unicamp (mimeo), 1993. Sem efetivamente procurarmos aí articular uma reconceituação do Mercado, buscamos apontar como este se constitui como “espaço da alienação” (em contraposição ao Estado como “espaço da socialização”). Desdobrar esta contraposição dialética, buscando (pelo menos) apontar o sentido em que se deve desenvolver um projeto de conceitualização efetiva do Mercado, é um dos objetivos centrais de nossa tese de doutorado.

III) A alienação e a socialização como desdobramento de um trabalho de racionalização que tem lugar no Mercado e no Estado

Ao criticarmos a operação de “divisão das esferas” para a análise social moderna, o que queremos salientar é que, se esta divisão faz parte de uma “modelagem típico-ideal” das sociedades capitalistas, ela não deve, por isso mesmo, ser aceita como um dado real do problema. Se não se problematiza a divisão economia e sociedade (e certa anterioridade, não explicada, do indivíduo compatível com esta), não se consegue perceber a funcionalidade simbólica (mais que ideológica - pois que perpassa além dos discursos oficiais, os discursos críticos do sistema) dessa forma de pensamento para a reprodução do conjunto de estruturas econômicas, políticas e normativas do capitalismo. A *aparência* de divisão das esferas é *real*; contudo a *aparência* não é *toda a dimensão da essência*.

Uma problematização dessa divisão é o que acreditamos existir em Claus Offe¹⁹, ao precaver-se (nós nos opomos de fato) quanto à substituição da ontologia do trabalho por uma ontologia da linguagem. Esta, a nosso ver, ajuda a legitimar (de certo modo naturalizando) as dicotomias próprias do capitalismo. Assim, opor “sistema” e “mundo da vida”, “racionalidade instrumental” e “razão comunicativa”, “valores materialistas” e “pós-materialistas”, “sociedade industrial” e “pós-industrial”, funciona como uma afirmação da realidade capitalista, uma vez que a emancipação almejada pode se dar por fora (ou paralela, que seja) desta.

Trabalhar na perspectiva oposta implica “refundir” o cindido. E Offe contribui para isto na medida em que, na análise deste autor, essas mesmas contradições são vividas desde *dentro* do aparato estatal. Tanto a reprodução mais tranqüila do sistema, como a sua crise, se devem à forma como se combinam “cruzadamente” os opostos acima, gerando ajustamentos de *reciprocidade* mais ou menos estáveis. Ou seja, há tanto “mundo da vida” (obstaculizado, negado, mas objetivamente posto) nas rotinas de trabalho, como há “sistema” no exercício superior da ação política. Ou melhor ainda: tal como propõe Théret, há que se pensar numa “economia das práticas políticas” e numa “economia das práticas econômicas”. O que desde logo coloca sob crítica a perspectiva das práticas sociais “de resistência” ao sistema; como se este último pudesse ser “exogeneizado” do ambiente em que a resistência se realiza, e tratado como um inimigo - o “mal” - *externo* e potencialmente *invasor*.

Na realidade, do nosso ponto de vista ambas as práticas - políticas e econômicas - são constitutivas do “material” em Marx - onde o “social” e o “econômico” não se encontram cindidos, onde o capital é uma relação social de produção, tanto quanto o resultado da valorização do valor, um produto da razão comunicativa tanto quanto da instrumental, tanto do trabalho quanto da propriedade. E é o acompanhamento da forma conjunta de agir dessa contradição (ora mais harmonizada - como na regulação fordista por exemplo -, ora à beira da distensão, e de uma *nova* reformulação - cujo desenho só será dado pelos sujeitos humanos do processo histórico - como hoje) que gera a compreensão realmente crítica dessa realidade.

¹⁹ - Particularmente as seguintes obras do autor: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984; e OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Uma teoria dinâmica da mudança social é o que pretende Offe ao analisar a crise do Estado contemporâneo, a partir do desenvolvimento da contradição entre o sistema político-normativo e as práticas do sistema econômico. Só que neste autor tal contradição não se impõe por um suposto antagonismo nas lógicas que regem estes dois sistemas, mas porque a *mesma* lógica (contraditória) da valorização, via racionalização do trabalho²⁰, produz resultados distintos, e por vezes contraditórios entre si. Assim por exemplo, a transparência da mecânica das ações no interior do aparelho de Estado, não ocorre absolutamente no exercício dos negócios dentro e fora da empresa (pelo menos no velho capitalismo, ou seja excluindo a sua variante oriental). O segredo foi sempre mais protegido, sem alarde, onde está escrito “no admittance except on busines”, do que onde se lê “top secret”.²¹

Outro tipo de isolamento é o que separa transparência e opacidade, legislativo e executivo, mesmo nas democracias mais avançadas. Enquanto a transparência dos procedimentos burocrático-legais instrumentaliza a organização da sociedade civil quase sempre voltada a algum tipo de oposição, o exercício da gestão pública se dá por detrás da opacidade da relação entre o executivo e os *lobbies* do setor público ou privado, que exercem o poder, desse modo, distanciados dessas pressões.

A crise do Estado moderno para Offe não pode ser tida, assim, como uma crise de regulação, por que o aperfeiçoamento de técnicas de gestão, de controle orçamentário e fiscal (que é mais aqui que o mero “ajuste estrutural”) e mesmo de legitimação ideológica, só pode ser levado a cabo aprofundando a independência desses mesmos sistemas político e normativo, cujo funcionamento (autonomizado, dessa forma) acaba por contrariar os princípios da troca. Além disso, se tais princípios se vêem por um lado ameaçados, de outro lado se vêem reforçados pela dependência financeira (e física mesmo) que tem o Estado da acumulação capitalista.

A conceituação do Estado capitalista em Offe é, desse modo, amplamente enraizada na relação entre as decisões privadas de produção e o direcionamento público do potencial de acumulação do sistema como um todo. A tal ponto de a subsistência dos organismos públicos funcionar como critério básico do princípio de seletividade estratégica. Ou, nas palavras do autor:

²⁰ - O conteúdo do trabalho que é realizado em cada uma dessas "esferas" é sim diferente, e são essas diferenças que constituem a base da divergência operacional entre eles. Sobre esse ponto discorreremos mais a frente, particularmente ao tratarmos de Poulantzas.

²¹ - A bem da verdade, tanto a questão da transparência das normas de funcionamento dos mecanismos de E e de Mercado, quanto até que ponto a não observância do princípio de troca está na raiz dos conflitos entre essas instâncias, é algo que para nós não está suficientemente provado. Uma das reflexões que se impõe a esse respeito, é exatamente a problematização da chamada lógica não utilitarista das burocracias meritocráticas (a la Weber) para vermos confirmado, ou infirmado, o sucesso de seu “isolamento das demandas da sociedade circundante. Nossa própria interpretação sobre este ponto vai no mesmo sentido de EVANS, P. *O estado como problema e solução*. São Paulo, Lua Nova:- *Revista de cultura e política*, nº 28/29. 1993. Aí se defende que as burocracias bem sucedidas na implantação da industrialização das principais economias capitalistas asiáticas (Japão, Coréia e Taiwan) devem o seu sucesso ao seu *relativo* isolamento. Se se quer ir além deste ponto, contudo, é preciso que se qualifique e determine esta “relatividade”.

“... every interest the state (or the personnel of the state apparatus, its various branches and agencies) may have in their own stability and development can only be pursued if it is in accordance with the imperative of maintaining accumulation functions as a selective principle upon state policies”.²²

A “exclusão”, “manutenção” e “dependência” da acumulação, implicam em que mesmo não sendo o Estado um agente capitalista, a ciência de que a acumulação é seu princípio e seu fim é mais presente aí do que na consciência dos capitalistas privados. Essa consciência, entretanto, não resolve, a questão:

“How is it possible that, at the same time, the state *gains* power, *applies* the power in a way conducive to and maintaining the conditions of accumulation, *without* thereby *subverting* its own existence as a capitalistic state by adopting policies that would transcend the reciprocity relationship between state and accumulation?”²³

Supomos, com Offe, que se a consciência em si do Estado não resolve esta questão, sua consciência **para o outro** deve fazê-lo. Ou seja, a difícil “função” da legitimação, deve operar em dois sentidos: o Estado **deve convencer** de algum modo o conjunto dos interesses privados de que acima de qualquer coisa não os está negando, ao mesmo tempo que convence o conjunto dos interesses públicos que é isto exatamente que está fazendo. Muito embora a segunda parte desse jogo seja desde há muito conhecida desses mesmos interesses privados (que o Estado negue sua função, mais até que sua natureza de classe), estes não podem, não têm *mecanismos* que possam responder pela maneira como o Estado a executa. No outro extremo, não há legitimidade popular que se sustente num quadro de dificuldades econômicas.

Não se trata, tão somente, de controlar as demandas sobre o Estado de ambos os interesses, mas de estar o aparelho estatal, principalmente nos momentos críticos, pronto para identificar mudanças no caráter dessas demandas, de tal modo que possa reagir a estas sem forçar os limites do arranjo original. É precisamente essa a dificuldade frente ao quadro de desaceleração da acumulação e aceleração do desemprego no conjunto das economias capitalistas, que se vive na atualidade.

A importância da contribuição de Offe está em salientar, contrariamente ao discurso neoliberal, a importância da ação estatal, não apenas, no que diz respeito ao trabalho, a regulação do Mercado de mão de obra, mas na sustentação de alternativas de sobrevivência fora deste, e que possam ser administradas sem ônus elevado. Ou seja o Estado deve responder ininterruptamente pela constituição de uma classe operária, deve *ajudar* na sua organização em resposta aos interesses tanto do capital, como dela própria e, por vezes, contra os interesses mais imediatos de ambos²⁴. E esta operação cruzada é ainda mais problemática se esta interferência

²²- OFFE, C. *The theory of Capitalistic Estate and the problem of policy formation*, in LINDBERG, et al. *Stress and contradiction on modern capitalism*. Mass-Toronto: Lexington, 1975. cap. 5, p. 126.

²³- Idem, p.127 (grifos do autor).

²⁴- Nesse sentido será interessante compararmos as reflexões de Polanyi quanto a legislação do Speenhamland, que ao mesmo tempo protegia e dificultava as "coisas" tanto para o capital como para a classe operária, com as

for exigida no nível transnacional, como a conjuntura mais recente começa a impor de forma crescente.

Se compartilhamos com Offe grande parte de suas preocupações, divergimos francamente desse autor no que diz respeito à desconfiança quanto à centralidade do trabalho para a compreensão dos processos sociais mais recentes. É como se para Offe “trabalho” fosse somente aquelas atividades que implicam racionalização (adequação) dos meios aos fins propostos, enquanto que *a própria avaliação tecnológica, mercadológica e “sociológica” destes* (que cada vez mais se socializa, transcendendo os espaços da academia, da empresa e do Estado) *deixaria de ser também trabalho*.

A verdade é que o trabalho “fabril” (no sentido mais geral de trabalho “manual” capitalista) absorveu uma tal conotação pejorativa (bastante justificada sem dúvida) nos meios intelectuais que é como se só esse fosse trabalho. Dessa forma, o **trabalho** da burocracia, dos cientistas, dos intelectuais e até dos próprios empresários foi desde sempre recusado a ser encarado como tal²⁵. É verdade que todas essas atividades são efetivamente menos dadas ao controle opressivo, à padronização forçada, à critérios objetivos (leia-se quantificáveis) de produtividade, demandadoras que são (umas mais que outras) de uma certa liberdade individual de pensar e agir, ausente nas mais rudes operações estritamente manuais. O problema é que - a despeito do que possa pretender o senso comum mais vulgar - não são esses os determinantes do conceito de trabalho²⁶.

Do pouco que se sabe, ainda hoje, sobre as especificidades de cada uma dessas formas do trabalho (o que implicaria em vê-las como tal), salienta-se o fato de que tais exigências já foram, senão relaxadas, pelo menos modificados, não só nos setores de serviços e comércio (que sempre, de um modo ou de outro, padeceram da crítica de não serem produtivos do ponto de vista da geração de “mais-valia”), mas também da indústria. Contraditoriamente, essas modificações justificam para muitos autores (o próprio Offe), juntamente com a crescente redundância do trabalho “a la antiga”, o afastamento deste do centro da problemática moderna, desta vez

legislações atuais que não sabendo ainda como se adaptar ao mundo do “não-trabalho”, ficam num vai e vem quanto ao passado e ao futuro das relações sociais, entre por vezes o paternalismo e a desregulamentação, quase repetindo a história. Ver Polanyi, op. cit. particularmente os caps. VI e VII.

²⁵- Mais uma vez não se pode aceitar a realidade aparente (e não menos real por isso) como a única realidade (sob pena de sermos eternas vítimas do fetichismo que envolve as relações capitalistas). O trabalho de fábrica não é só o que o interesse do capital tenta fazer dele. Assim como vimos com Offe, que a transformação do trabalho em mercadoria não é parte de um passado (como a acumulação primitiva, por exemplo), mas uma necessidade recorrente do capital (para a qual o Estado contribui enormemente); também a realidade opressiva do trabalho é fruto de uma batalha diuturna travada, também ela nos escaninhos da luta política dentro e fora da fábrica, do Mercado e do Estado. Para aqueles que tem curiosidade de como pode ser (e como pode ser superado) o trabalho mais extenuante e vazio de significado humano ou social; aconselhamos a leitura de Simone Weil que - ao nos descrever como “uma orquestra” o funcionamento de uma indústria, visto não por um utopista, mas por um operário, a quem é permitido um exercício de “distanciamento temporário” (no decorrer de uma greve), nos faz pensar que a capacidade de satisfação através da experiência de abstração pessoal *vis-à-vis* as necessidades da sociedade como um todo, não é privilégio dos *trabalhadores intelectuais*. WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Especificamente a parte intitulada “Experiência da vida de fábrica”).

²⁶- Pelo menos não para aquela tradição teórica - enraizada em Hegel e Marx - que justamente colocou o “trabalho” no epicentro de sua reflexão teórica. Esse tema foi exaustivamente debatido na nossa dissertação de mestrado. Vide CAMPREGHER, G. Op. cit., em particular capítulos 3, 4 e 5.

confundindo a realidade desejada (ou mesmo temida) do “não trabalho” com a realidade vivenciada por todos.

Enxergar o fazer da burocracia (bem como da intelectualidade ou dos cientistas) como sendo trabalho não implica, portanto, o abandono dos critérios da racionalidade instrumental para avaliação do mesmo, mas, ao contrário, implica precisar, a partir desses, os meios e os fins de tais atividades (algumas delas tão imbuídas daquela racionalidade que literalmente estão à venda). Por outro lado, isso não pode conduzir ao equívoco oposto de desconhecer que uma outra razão (não necessariamente superior) a presidam. Com o que, essa razão deve passar por uma fundamentação lógico-histórica da mesma ordem do trabalho. Não por uma exigência do clube fechado desta ou daquela ortodoxia, mas porque as falhas de uma não conceituação rigorosa tornam o trabalho científico em questão não produtivo (ou, pior, nos colocam num estado ciclotímico, onde a “resignação” com os defeitos de nossa teoria - que se supõe refletir os defeitos da própria realidade -, se alterna com um pessimismo depressivo em relação às próprias possibilidades do fazer científico).

Em resumo, o entendimento do fazer burocrático como não trabalho é que é, para nós, a matriz do retorno ao idealismo. **Só que o idealismo de hoje inverte a posição do idealismo contra o qual se contrapunha Marx: enquanto Hegel pensava o trabalho da razão como a forma superior de trabalho, os idealistas de hoje pensam o trabalho como forma inferior da razão.**

Nesse ponto de nossa reflexão nos encontramos com as colocações de Poulantzas²⁷ a respeito das relações sociais de produção e da divisão do trabalho para o entendimento da organização estrutural do aparato estatal. O *trabalho da burocracia*, e as realizações do Estado dele resultantes, não é, em Poulantzas, passível de ser analisado nem a partir da “lógica mercantil” (empobrecimento da perspectiva materialista de Marx, segundo o autor), nem da lógica “nao-utilitarista”, “corporativista”, de matriz weberiana. A lógica capitalista que é constitutiva do aparelho estatal é a lógica da divisão das classes - ordenada, regulamentada, e, inclusive, em diversos casos, instituída pelo Estado (sendo pois, ao mesmo tempo, a função e a razão de ser deste) -, e da divisão do trabalho - especialmente a divisão entre trabalho manual e intelectual. Desse modo o Estado aparece como espaço dentro da sociedade onde se articulam as relações de produção dominantes tanto quanto o próprio Mercado.

No nosso entender, é como se a “sociedade civil” desde sempre (ou melhor desde o capitalismo) só tivesse existência nos corpos do Estado e do Mercado. Ou seja, tanto o Mercado como o Estado comportam uma **organização** social cuja base é ao mesmo tempo a (des)organização da atividade produtiva de fora desses espaços, e aquela que se dá, mediante um trabalho, aí dentro²⁸. No caso do Estado, essa referência à lógica capitalista de organização do

²⁷- POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

²⁸- É por isso que o Estado capitalista nasce ao mesmo tempo que o Mercado capitalista, combinando suas formas dominantes (absolutista, republicano-imperialista e democrático-universalista às formas nacional, continental, e global). É nesse sentido que é pouco afirmar a importância do papel do Estado para a constituição do Mercado (Polanyi) ou ao contrário derivar o Estado das relações mercantis como fizeram muitos marxistas. Há que se procurar

trabalho, é de certo modo mais fácil de ser encarada do que no caso do Mercado; e isto porque, como salienta Poulantzas o privilegiamento do trabalho intelectual é claramente constitutivo de seu corpo material e de seu espaço de atuação. Os conhecimentos políticos (onde incluímos aqueles ligados à comunicação ou à “ação comunicativa”), econômicos e históricos, concentrados primeiro nos indivíduos, depois numa classe deles (a burocracia), e mais tarde ainda, nas instituições mais ou menos fundidas no corpo do Estado, são essencialmente trabalho intelectual. A internalização de saberes e sua utilização com fins de legitimação ideológica, não é em si mesma uma especificidade do capitalismo, mas o é por outro lado “a legitimação de um poder como decorrente de uma prática científica racional”²⁹. Continua em outro momento o autor:

“...a política, o direito, ... de Machiavel a Th. Morus até em suas conceitualizações ulteriores, é explicitamente legitimada, na forma da técnica científica e sobre o modelo das *epistemes* apodícticas, como detentora de um saber que ela opõe àquilo que designa como utopia. Isto ultrapassa, aliás, o simples discurso oficial e estende-se a essas *formas primeiras de ideologia* produzidas pelo Estado, que garantem as relações internas ao aparelho (auto-legitimação interna) e a legitimação de suas práticas para o exterior: legitimação das práticas do Estado e de seus agentes como portadores de um saber particular, de uma racionalidade intrínseca. Tudo isso, aliás, não faz mais que reforçar-se atualmente, sob as formas particulares da relação ideologia-saber-ciência que implica a transformação da ideologia jurídico-política em ideologia tecnocrática.”³⁰

Ocorre aí uma inclusão da ideologia no conjunto das relações materiais, e não a sua separação deste, o que permite a superação da perspectiva weberiana (e habermasiana) de enfrentamento da questão. A racionalidade alçada a instrumento de dominação, é a mesma “razão instrumental”, apontada por Weber, como produto da secularização da razão e que se torna objeto de profissionalização da política e da ciência. Mas, como salienta Poulantzas, a relação saber-poder não é própria da legitimação ideológica, uma vez que o trabalho de cristalização dos discursos do Estado é um trabalho constante de refundação do mesmo. Ou seja, o fato do Estado capitalista não fundar sua legitimidade em sua origem - mas numa soberania do povo-nação constantemente renovada -, obriga que o discurso do Estado não seja subjetivo - auto-referido, ou referido à instâncias transcendentais (como é o caso da razão substantiva intocada pela dominação do capital, inspiradora de um sentimento superior que confere “vocação”, nos termos de Weber, ou capacidade de optar pelos valores do mundo da vida, nos termos de Habermas).

Não subjetiva nem transcendente é a perspectiva de que a ação política por sobre a ação comunicativa (ou a legitimação via comunicação) não se restringe à busca de um consenso abstrato, colocado acima, ou ao lado, dos conflitos objetivos próprios do mundo material. As trocas de signos linguísticos são assim entrelaçadas às trocas monetárias num mundo onde os “subsistemas” são impossíveis. O trabalho do Estado é pois anterior à formulação de um determinado discurso. O Estado deve codificar as normas de organização, validade e compreensão dos discursos em geral, isto quer dizer, da própria *língua*. Ou ainda,

na especificidade desses espaços como operam as mesmas relações sociais (e a mesma divisão do trabalho) que tem lugar no conjunto da sociedade, incluindo aí de fábricas à igrejas.

²⁹ - POULANTZAS, N. Op. cit. p. 62

³⁰ - Idem, p.64.

“Esse discurso [do Estado] deve sempre ser *compreendido e entendido*, mesmo que não deva ser de maneira unívoca e por todos: não basta que seja pronunciado de maneira encantatória. O que supõe, através dos diversos códigos discursivos, uma sobrecodificação do Estado, quadro referencial de homogeneização de segmentos discursivos e dos aparelhos que os contêm, terreno de seu funcionamento diferencial. Essa sobrecodificação está inculcada, por destilação calculada, no conjunto dos suspeitos. É a unificação da língua que instaura o Estado capitalista ao produzir a *língua nacional* e ao extinguir as outras. Língua nacional certamente necessária para a criação de uma economia e de um mercado nacional, porém, muito mais ainda, para a função política do Estado. Missão portanto do *Estado nacional* de organizar os procedimentos discursivos modelando a materialidade do povo-nação e criar a língua, criação certamente situada nas transformações ideológicas, mas que não se reduz certamente a uma operação ideológica.”³¹

A linha de pesquisa de nosso autor prossegue nessa linha estudando: a organização da escrita independente da fala direta do poder (ou dos seus agentes), não se tratando portanto da repetição de um discurso, mas do estabelecimento do “trajeto de um percurso”; o desdobramento em rede desses trajetos, uma vez que faz parte da estratégia de organização da hegemonia a socialização dos mesmos; a constituição (mais que a instrumentalização) e um grupo de “intelectuais orgânicos” cuja tarefa é justamente operar essa fala e essa escrita no interior de instituições de fora do Estado (que funcionam muitas vezes, no entanto, como viveiros de burocratas ou tecnocratas, como dizemos hoje) e que no cumprimento desta acaba por salientar as especificidades da luta de classes nos diferentes espaços nacionais.³²

Finalmente, é preciso resgatar a contribuição de Bruno Théret para a discussão proposta por nós. Indo direto ao ponto, a definição feita por Théret, de um espaço para a exploração (economia das práticas econômicas - E.P.E.) e um espaço para a dominação (economia das práticas políticas - E.P.P.), não caracteriza (pelo menos é nossa opinião) mais um caso de divisão entre economia e sociedade. Somos levados a essa opinião, por entendermos ver em Théret uma complexificação do conceito de materialidade, que julgamos compatível com aquele que nos é mais caro: de uma materialidade ligada prioritariamente ao trabalho.

Senão vejamos, em ambos os casos, da E.P.E. e da E.P.P., trata-se de uma produção material não meramente econômica, no caso da primeira, e de uma produção material não meramente ideológica (normativa, simbólica), no caso da segunda. O que há de prática econômica aí é que em ambas é desencadeado *um trabalho de administração das “coisas”*, de seu consumo e sua acumulação. Isso implica ainda, do nosso ponto de vista, que não há espaço para uma exclusividade da razão utilitária, para o puro cálculo econômico, por mais que se reconheça a existência de uma lógica política e de uma lógica econômica.³³

³¹ - Idem, p.65/6.

³² Além dos elementos apontados acima, Poulantzas avança no estudo da “materialidade institucional do Estado” indo em direção em direção aos *produtos* desse **trabalho do poder**: a “individualização” (inclusive a que tem lugar no totalitarismo), a “lei” (em suas formulações “normalizadoras” sem que se esqueça das “repressivas”), a “nação” (e suas matrizes espaciais - o território -, e temporais - a tradição).

³³ - A própria instituição da moeda (corporificação tanto da violência da exploração, como da violência da dominação) estabelece uma ponte entre estas lógicas, de tal modo que “le pur prélévement prend alors une forme médiatisée et

Nesse sentido, atentar para o conjunto das "práticas", é atentar para a relação de interdependência entre estas, relação que é (como diz Théret) de troca dos meios necessários para o seu exercício. Essa interdependência é também interferência mútua, resultado de uma troca de sinais entre esses conjuntos *distintos* de práticas, de tal modo a relativizar essa mesma diferença, e realçar ao mesmo tempo sua autonomia e sua interdependência. Observa-se assim em ambas - E.P.E. e E.P.P. - uma combinação entre o curto e o longo prazo, entre o consumo de bens para o avanço social e o consumo social para o avanço da acumulação.

De outro modo, a visualização desta divisão entre as "práticas", é em Théret fruto de uma conceitualização histórica (que a divide em três tempos de duração distintas), que não permite a generalização teórico-metodológica da mesma. A problematização dos tempos sócio-econômicos, implica numa sobreposição de estruturas mais ou menos estáveis (mais ou menos entranhadas na sociedade) que nos faz lembrar a reflexão de Marx, sobre como as categorias dominantes (mais concretas, ou mais estruturadas), numa dada época, tornam-se (ainda presentes mas) subordinadas - até porque geraram um movimento de superação de si a partir mesmo de sua dominância -, numa outra ³⁴.

É este o caso da relação fiscal, que aparece como "invariância estrutural fundamental". O que torna uma estrutura invariante, para nós, é o trabalho que se torna absolutamente indispensável para a reprodução material do sistema. Nesse caso, tanto a organização da língua, da escrita, do território, do corpo legal, etc. (como analisa Poulantzas), quanto a constituição da fiscalidade estatal, são invariâncias históricas. A fundamentalidade da fiscalidade repousa em que ela é a base dos recursos necessários ao funcionamento das demais "formas institucionais", mas não só, ela é também a representação maior do "aval" burguês ao monopólio estatal da violência".

A exação tem tantas formas históricas quanto à própria riqueza. Na análise de Théret esse fato, ao ganhar em precisão histórica, ganha também em recursos analíticos; assim é que a importância do "prélèvement" está em esclarecer a transformação de caráter do Estado feudal para o Estado capitalista. O Estado feudal tinha na administração da justiça a justificativa para a fiscalização da renda, que, entretanto, não era passível de racionalização ³⁵ (e cálculo) como no capitalismo. O Estado capitalista altera o significado do "prélèvement", uma vez que ganha importância a administração da *própria* renda, e a defesa (institucionalização) da propriedade *alheia*.

Como diz Théret: "En même temps que l'Etat tend à s'objectiver en se séparant de la personne de roi, le prélèvement royal, auparavant conçu sur le mode du don et de la réciprocité,

non plus directe". TÉRET, B. "La place de l'État dans la théories économiques françaises de la régulation : éléments critiques et repositionnement à la lumière de l'histoire" in *Economie Appliquée*, tome XLIII, 1990, n.2, p. 60.

³⁴- Esta reflexao está contida no item sobre o método, na (mui justamente) famosa "Introdução" de MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.(col. Os pensadores).

³⁵- Racionalização esta cuja base é o indivíduo que - sendo livre - não mais se adequa aos usos servis e militares, ou seja, não se presta ao funcionamento do sistema com base na reciprocidade, que tanto assegurava a "cola" social entre senhores e seus pares, como entre senhores e seus servos.

tend à se fonder sur l'obligation et la contrainte"³⁶. É justamente esse constrangimento que muda de sentido e da forma de operacionalização. A legitimação da violência que o mesmo implica, deixou de ter como base os compromissos conjunturais (em certo sentido inclusive extraordinários) dos senhores entre si. A burguesia tem sua participação no sistema político garantida, quando da venda "dos ofícios de finanças e de justiça", o que implica uma tal regularidade da cobrança de impostos que os torna uma invariante estrutural, uma vez que persistem, ainda que "desligados dos compromissos que os geraram"³⁷.

O papel da fiscalidade para garantir o Estado como "estrutura invariante" deve responder ainda, tanto por sua participação, quanto por sua autonomia, dentro do sistema (que aparece desse modo como "espaço misto"³⁸). Assim é que o que garante invariância à estrutura estatal não é a mera existência de "formas funcionais" (como por exemplo a administração da justiça, a manutenção do sentido de nação, etc.) nem que estes tenham longuíssima duração histórica. "Ce qui constitue l'impôt permanent en rapport social structurent la matrice sociale, c'est qu'il est non seulement susceptible de fournir l'essentiel des ressources de l'Etat, mais aussi de reproduire les conditions de son propre maintien."³⁹

Sem nos determos nesse momento nas reflexões de Thérét, diríamos que elas nos levam às mesmas questões fundamentais que acreditamos ter ressaltado em Offe e Poulantzas: o Estado não acumula ele próprio, mas participa do processo de acumulação, beneficiando-se e prejudicando-se de seus ritmos. O conjunto material ou o corpo físico do Estado se mantém e se reproduz a partir da mesma relação social que funda a propriedade privada capitalista - a alienação do trabalho e a monopolização dos recursos produtivos (no caso do Estado os recursos do poder). As rendas públicas (os recursos financeiros do Estado, como o próprio dinheiro, mais os recursos políticos, que não são *moeda corrente* em qualquer economia moderna apenas em sentido figurado) são o signo de sua monopolização da gestão dos poderes (mesmo se estes são produzidos fora do domínio estatal, em breve sua circulação e distribuição ficam a cargo da máquina estatal) em todas as suas formas, e é através desse monopólio que ele garante sua reprodução autônoma; tudo isso leva a "reconsideração do Estado como infraestrutura"⁴⁰.

Acreditamos que o que vale aqui para o Estado valha também para o Mercado, de tal modo que também este deve ser *considerado como infraestrutura real*, habitada por homens reais, também ele não pode ser visto como espaço não espacial, estrutura não estruturada, locus de reunião de agentes fantasmas cujas *decisões* (absolutamente cruciais, como dizem os economistas, tendo em vista seus efeitos macroeconômicos) não aparecem como tal.

Aparentemente alguns "neo-liberais" de hoje sabem disso, trabalham com decisões, racionalidades, procurando integrar economia e política - o que até pouco tempo era privilégio da economia política de extração crítica. Dialeticamente, a procura de "microfundamentos" econômicos para as ações políticas por parte desses teóricos do individualismo metodológico, os

³⁶- THÉRET, B. "La place ..." op.cit., p.64/5

³⁷- Idem, p.65

³⁸- "On considère ainsi que c'est seulement l'ensemble conjoint des procédures particulières de régulation du politique, de celles relatives aux rapports structurant l'ordre économique, et de régimes de médiation formant l'espace mixte, qui donne à un mode historiquement constitué de régulation sociale la totalité de ses caractères particuliers, et qui, en conséquence, fournit le cadre approprié de l'analyse des crises." Idem, p.69

³⁹ Idem, p. 66.

⁴⁰ Idem, p. 68.

leva a uma problematização de seus pressupostos. Assim é que, a estrutura que nas suas análises aparecia apenas como uma abstrata consequência da união de indivíduos naturalmente iguais - deslocados dos ambientes ou das relações sociais que desdobram fatos em ações e interpretações, de sujeitos individuais e coletivos diferenciados no tempo e no espaço -, passa por uma mudança bastante positiva. A elaboração de jogos que incluem no padrão da racionalidade individual interesses (pessoais e de grupo) e expectativas - por mais que seja marcada pela ingenuidade intelectual (função do pouco engajamento histórico) de seus propositores -, é um avanço teórico fundamental para a questão que nos colocamos neste texto. Isso por que não só os individualistas metodológicos de extração neoclássica, mas também os filhos do estruturalismo keynesiano (e do compreensivismo weberiano) são contrários idênticos no que diz respeito a idealização de seus objetos - como é o caso do Mercado e do Estado respectivamente.

Por fim, mais uma vez, insistimos na defesa da consideração do Estado e do Mercado como estruturas complexas e contraditórias, frutos da história do desenvolvimento de relações sociais, produto dessas relações, não de maneira abstrata mas como resultado de um trabalho específico. Só o estudo da materialidade dessas estruturas é capaz de nos instrumentalizar para o entendimento das transformações mais recentes que de fato colocam em cheque os paradigmas puramente idealistas ou falsamente empiristas. Para ir no ponto, não podemos nos deter na crítica do pior liberalismo, ainda que este seja um passo necessário. A perspectiva estruturalista quase dialética, a que fizemos menção, só pode se basear em discursos liberais comprometidos com sua própria história - ou seja, aqueles que, desde Adam Smith, jamais pretenderam total autonomia ao Mercado, jamais desconheceram o atrelamento deste aos poderes politicamente organizados⁴¹. E no que diz respeito aos discursos intervencionistas, aqueles que não vejam no Estado a panacéia para todos os males, o *deus ex machina* capaz de pairar acima dos interesses. Tão insuficiente quanto o Mercado para regular a economia, é o Estado na sua tentativa de gerir as contradições capitalistas.⁴²

⁴¹ O que é mais frequente ser observado na história, é um certo ir e vir de uma consideração positiva, ora do Mercado, ora do Estado. Pois, como disse recentemente nosso “sociólogo presidente”, ora o papel de civilizador dos homens e das sociedades era encenado por um, ora por outro. CARDOSO, F. H. “Estado, mercado, democracia: existe uma perspectiva latino-americana?”. In: SOLA, L. (org.). *Estado, mercado e democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp.19 e segs.

⁴² E isto ocorre quando um e outro são vistos como estruturas abstratas para além dos indivíduos ou como agrupamento de indivíduos além das estruturas.